INTERSECCIONALIDADE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ENCRUZILHADAS CONCEITUAIS

Marina Ribeiro Pereira[1], Khellen Cristina Pires Correia Soares[2]

[1]Mestranda do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Campus Palmas-IFTO. Bolsista do Programa de Incentivo à Participação Feminina na Pesquisa - Sylmara Barreira do Campus Palmas do IFTO. E-mail: <marina@ifto.edu.br>
[2]Docente do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Campus Palmas-IFTO. Orientadora. E-mail: <khellen.correia@ifto.edu.br>

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira carrega um legado histórico de colonialidade, refletido em sistemas de poder que perpetuam o racismo e o sexismo, profundamente arraigados em suas instituições. Essa estrutura influencia a construção da história e identidade nacional, silenciando narrativas de grupos marginalizados, como a população negra. Nos últimos anos, o questionamento dessas desigualdades tem crescido, expondo o papel fundamental do Estado e da educação na transformação social. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) visa a formação integral da classe trabalhadora, promovendo uma articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia em prol da justiça social (Frigotto, 2005), no entanto, permanece a questão de como essa política educacional contribui para a inclusão de mulheres negras em áreas historicamente dominadas por homens brancos, e se, de fato, atua como ferramenta de emancipação para essas mulheres.

A interseccionalidade, um prisma de análise sociológica denominado por Crenshaw (2002), constitui ferramenta essencial para entender como os diferentes fluxos de desempoderamento afetam as trajetórias dessas mulheres, revelando as complexidades de suas experiências. Além disso, a perspectiva decolonial, proposta por autores como Quijano (2005) e Walsh (2010), questiona a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e busca valorizar os saberes subalternizados, como os das populações negras e indígenas. No contexto da EPT, a decolonialidade surge como uma estratégia para desafiar a colonialidade do saber, promovendo uma educação que reconheça a diversidade cultural e histórica das pessoas envolvidas.

O presente estudo realiza uma revisão bibliográfica essencial para mapear o estado da arte e identificar as principais discussões em voga nas teorias que abordam tópicos como interseccionalidade, decolonialidade, feminismo negro e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tais conceitos são indispensáveis para compreender as dinâmicas de opressão enfrentadas por mulheres negras e como estas encruzilhadas impactam suas trajetórias educacionais e profissionais.

2 OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão sistemática das produções acadêmicas acerca de interseccionalidade, decolonialidade, feminismo negro e Educação Profissional e Tecnológica

(EPT), afim de construir uma fundamentação teórica robusta que permita a formulação de análises aprofundadas em pesquisas aplicadas futuras. A revisão visa consolidar um arcabouço teórico que propicie a investigação das complexas intersecções de opressão e resistência vivenciadas pelas mulheres negras no contexto da EPT.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A construção teórica deste estudo fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2010), que propicia um diagnóstico do estágio atual de conhecimento relacionado às intersecções de raça, gênero e classe, com foco nas contribuições de autoras negras feministas e teóricos decoloniais. A seleção das fontes considerou a relevância de cada obra para a compreensão das estruturas de opressão na EPT e como estas afetam as trajetórias de mulheres negras. Entre os autores e autoras centrais para essa revisão estão Crenshaw (2002), Gonzalez (2011), Collins (2019), Kilomba (2019), hooks (2017 e 2019), Quijano (2005) e Walsh (2009). Além disso, a revisão incluiu estudos específicos sobre a EPT no Brasil, como os de Frigotto (2005) e Ramos (2010), que oferecem uma perspectiva crítica sobre a educação profissional e tecnológica.

A metodologia de revisão consistiu na leitura crítica e análise comparativa das abordagens teóricas desses autores, de modo a identificar as principais categorias de análise para o estudo: interseccionalidade, colonialidade do saber, feminismo negro e educação omnilateral.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de interseccionalidade, cunhado por Crenshaw (2002), é uma lente teórica fundamental para a análise das múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres negras. Crenshaw explica que o racismo e o sexismo interagem de forma a criar barreiras específicas para as mulheres negras, que não podem ser explicadas isoladamente por uma única forma de opressão. No contexto da EPT, a interseccionalidade permite, por exemplo, compreender como as mulheres negras são marginalizadas tanto por sua cor quanto por seu gênero, enfrentando discriminação dupla em cursos predominantemente ocupados por homens brancos. Collins (2019) amplia esse conceito ao discutir a "matriz de dominação", que organiza as diferentes formas de opressão em sistemas interligados de exploração econômica, exclusão política e dominação ideológica. Para a autora, essas dimensões estruturam a sociedade de maneira a reforçar as desigualdades, com as mulheres negras posicionadas na base da hierarquia social, sendo oprimidas em múltiplos níveis.

A colonialidade, conceito central nos estudos de Quijano (2005), refere-se à continuidade das estruturas coloniais de poder, mesmo após o fim do colonialismo formal. Para Quijano, a colonialidade do saber se manifesta na perpetuação de um sistema de conhecimento eurocêntrico, que marginaliza os saberes de populações indígenas, negras e outros grupos historicamente subalternizados. No contexto da EPT, essa colonialidade se traduz na valorização de conhecimentos técnicos e científicos alinhados aos interesses do mercado global, em detrimento de saberes tradicionais e culturais.

Walsh (2010) destaca que a decolonialidade busca romper com essas hierarquias, promovendo uma educação que valorize a diversidade de saberes e reconheça as contribuições históricas e culturais dos povos marginalizados. No Brasil, a EPT tem o potencial de ser uma ferramenta de inclusão social, mas, como apontam Ramos (2010) e Frigotto (2005), as políticas educacionais precisam ser revisadas para incluir abordagens interseccionais e decoloniais. Kilomba (2019), em suas discussões sobre memória coletiva e racismo, argumenta que o silêncio imposto às mulheres negras é uma das formas mais insidiosas de opressão. Kilomba afirma que romper com esse silêncio é essencial para a construção de uma narrativa de resistência, o que inclui a valorização das experiências e das histórias de vida dessas mulheres no ambiente educacional.

Também autoras como hooks (2019) e Gonzalez (2011), oferecem uma crítica contundente ao racismo e ao sexismo no contexto patriarcal e colonial. Hooks observa que, desde o período colonial, as mulheres negras foram colocadas em uma posição de subalternidade, não apenas pelos homens brancos, mas também pelo movimento feminista hegemônico, que frequentemente negligencia a questão racial. Gonzalez (2011) critica o feminismo brasileiro por reproduzir a "democracia racial" e ignorar as especificidades das mulheres negras, destacando que a luta por igualdade de gênero no Brasil não pode ser dissociada da luta contra o racismo.

No contexto da EPT, o feminismo negro é uma ferramenta teórica poderosa para analisar como as mulheres negras resistem à exclusão educacional e ao apagamento de suas histórias e saberes. Conforme sugere hooks (2017), a educação tem o potencial de ser libertadora, desde que reconheça as subjetividades e experiências das mulheres negras, rompendo com a objetificação imposta pelas estruturas de dominação. Essa resistência, que Gonzalez (2011) chama de "reexistência", refere-se à capacidade das mulheres negras de transformar sua exclusão em ação política, reivindicando espaço nas instituições de ensino e rompendo com a colonialidade do saber. Ao amplificar as vozes dessas mulheres, a pesquisa em educação voltada para as relações étnico raciais pode contribuir para a construção de uma EPT que seja mais inclusiva e comprometida com a justiça social.

A formação omnilateral, conceito explorado por autores como Frigotto (2005) e Ramos (2010), refere-se a uma educação que integra trabalho, ciência, cultura e tecnologia, visando a formação plena dos indivíduos. Na EPT, essa abordagem é fundamental para promover, além da qualificação profissional, a democratização do conhecimento e tem o potencial de contribuir para a emancipação social e profissional das mulheres negras, mas isso só será possível se o currículo e as práticas pedagógicas forem revisados para incluir uma perspectiva crítica e interseccional, construindo assim um espaço de transformação, afirmação de identidades e resistência às dinâmicas de exclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada neste trabalho não apenas desvela as raízes dos desafios enfrentados pelas mulheres negras, mas também destaca a necessidade urgente de práticas educacionais que integrem uma perspectiva decolonial e inclusiva. O trabalho estabelece uma base sólida para futuras pesquisas que busquem encruzilhar a EPT com as questões etnicoraciais, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais equitativas. Através dessa abordagem, pretende-se promover uma educação que não apenas reconheça, mas também valorize a diversidade e as contribuições das mulheres negras, avançando em direção a uma maior justiça social e educacional.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Campus Palmas do IFTO pelo fomento e apoio para a realização desta pesquisa, por meio do Programa de Incentivo à Participação Feminina na Pesquisa - Sylmara Barreira.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento** / Patricia Hill Collins; tradução Jamille Pinheiro Dias. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. W. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. *Estudos Feministas*, ano 10, n° 1/2002, pp. 171-188

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na Cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223–244, 2011.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo Martins Fontes, 2017.

_____. **Erguer a voz**: **pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142

RAMOS, M. N. **Ensino Médio Integrado: Ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica**. In: Jaqueline Moll et.al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educacion intercultural**. In: VIANA, Jorge.; TAPIA, Luis.; WALSH, Catherine. Construyendo interculturalid crítica. La Paz: III – CAB, 2010. p. 75-96.